



EBRAPEM027

Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática



UMA HISTÓRIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA EM RONDÔNIA.

Rafaela Ferreira Afonso¹

GD n° 05– História da Matemática e da Educação Matemática

Resumo: Esse projeto, tematizando a história da formação e atuação de professores no estado de Rondônia, pretende contribuir com o estudo das potencialidades da História Oral para a Educação Matemática e para o projeto Mapeamento da Formação e Atuação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil, ambos do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (GHOEM). Para tanto, pretende-se conversar com professores e professoras que ensinam/ensinaram Matemática no espaço que hoje é o estado de Rondônia, de modo a compreender e conhecer, segundo esses depoimentos, algumas das práticas de ação e de formação docentes.

Palavras-chave: História Oral. História da Educação Matemática. Formação de professores. Rondônia.

INTRODUÇÃO

O atual “espaço” que hoje chamamos de Rondônia² já teve configurações muito distintas. Independente disso, porém, é usual que ele ainda seja hoje, como o foi no passado, relacionado a um lugar de oportunidades, um espaço para onde se dirigiam retirantes³ buscando perspectivas de uma vida melhor, onde haveria trabalho, terra e oportunidades para criar os seus filhos e dar a eles uma vida melhor da que tinham nos seus lugares de origem (SILVA; SILVA; SILVA, 2023).

Incluída entre esses migrantes, o estado de Rondônia tem significado semelhante para mim, já que foi neste estado que realizei parte significativa do meu objetivo profissional: depois que me graduei na Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais (MG), meu objetivo era me tornar professora em uma universidade pública.

O caminho percorrido até me tornar professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) começou em 2008 quando saí da minha cidade natal, Uberaba/MG, para fazer Licenciatura em Matemática na UFV, posteriormente, cursei mestrado na Universidade Federal

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Rio Claro; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática; rafaela.afonso@unesp.br; orientador: Antônio Vicente Marafioti Garnica.

² Neste trabalho, ao tratarmos de Rondônia, nos referimos ao Território do Guaporé, Território de Rondônia e o Estado de Rondônia. Quando necessário, mencionaremos de forma específica os períodos em que a região teve essas denominações distintas.

³ Nos trabalhos aqui usados como referência como, Souza (2010), Borges (2011), Candido (2015), Abreu (2021), Evangelista (2019), Carneiro (2008) e Marta (2018), as palavras “migrante”, “colono” e “retirante” são usadas para se referir as pessoas que saíram de seus estados e foram para Rondônia. Neste trabalho usaremos estas palavras com o mesmo sentido.

de Uberlândia (UFU). Atuei como docente substituta na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e no final do ano de 2017, fui aprovada no concurso da UNIR, e em agosto de 2018 tomei posse na instituição.

Minha história, portanto, como a de outros migrantes que foram para Rondônia, se cruzam. Muitas pessoas saem de todas as regiões do Brasil com a esperança de uma vida melhor, sendo ou não conscientes das dificuldades a enfrentar, desbravam e caminham rumo ao desconhecido em busca por uma vida melhor. (MARTA, 2018; SILVA; SILVA; SILVA, 2023).

As histórias de vidas dos migrantes que seguiram rumo às terras rondonienses são plenas de sonhos, sofrimentos, saudades, risos, lágrimas, tristezas, medos, encontros e desencontros, fartura e escassez, esperanças, decepções, coragem, dificuldades, resistências, lutas, desafios, fé, solidão, enfim, são narrativas carregadas de signos, significados e significantes da vida e morte amazônica. (SILVA; SILVA; SILVA, p. 8, 2023)

Nesse sentido, o estado de Rondônia foi destino de vários processos migratórios. Para compreender o “espaço” que hoje chamamos de Rondônia, é necessária uma breve caracterização histórica. Inicialmente chamado de Território Federal do Guaporé⁴ (1943 -1956) e, posteriormente, de Território Federal de Rondônia⁵ (1956-1981) – esse o marco que arbitramos para contar essa história –, o processo de colonização daquela região ocorreu por incentivo do governo.

A história de Rondônia traz fortes marcas do período ditatorial do Brasil, o que se mostra já no nome vinculado à região a partir de 1956: uma homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon⁶, engenheiro militar e sertanista brasileiro, membro da comissão das Linhas Telegráficas que atuou decisivamente para a criação do Parque Nacional do Xingu⁷, foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio⁸, tendo uma biografia profissional que se inicia já com o apoio incondicional ao movimento republicano que implicou a derrocada do Império. A grande maioria dos coordenadores políticos, membros da administração federal que, entre os anos de 1943 e 1981 operaram como governadores da região, estavam ligados ao Exército, desde o Tenente

⁴ Território Federal do Guaporé foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, em que se estabelece os limites territoriais.

⁵O Território Federal do Guaporé, em 1956, passa a ser chamado de Território Federal de Rondônia

⁶ Marechal Cândido do Mariano da Silva Rondon, comumente conhecido por Marechal Rondon, nasceu em Mimoso (MT) em 1865 e faleceu em 1958 no Rio de Janeiro (RJ). (BRASIL, 2008)

⁷ O Parque Nacional do Xingu foi criado em 1961, durante o governo de Jânio Quadros. Além do Marechal Rondon, outras personalidades lutaram para sua criação, como os irmãos Villa-Bôas, Darcy Ribeiro, entre outros. Ele se localiza no Mato Grosso e abrange as cidades de Canarana, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Marcelândia, Nova Ubiratã, Paranatinga, Querência, São Félix do Araguaia e São José do Xingu. O parque tem área de 2 642003 hectares e tem biomas de cerrado e amazônico.

⁸ O Serviço de Proteção ao Índio foi criado em 1910, sendo substituído, em 1967, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), nomenclatura que vigora atualmente.



Aluísio Ferreira⁹, primeiro governador do Território do Guaporé, até o último, o Coronel Jorge Teixeira¹⁰, primeiro governador nomeado do Estado de Rondônia (SOUZA, 2011)

As iniciativas de colonização e assentamento de pequenos produtores, em alguns momentos, visavam muito mais à defesa e manutenção da fronteira¹¹ do que propriamente à “ocupação” de fato (SOUZA, p.12, 2011), e estiveram fortemente vinculadas a empreendimentos como a criação das Linhas Telegráficas ou Comissão Rondon, em 1907, concomitante à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ¹²(BORGES, 2011) e à criação da atual BR-364¹³. Ao longo da história de Rondônia, várias foram as iniciativas para a colonização, dentre as quais o Programa de Integração Nacional (PIN)¹⁴ e o programa de assentamento POLAMAZÔNIA¹⁵, POLONOROESTE¹⁶ (Infraestrutura e Agropecuária) e PLANAFORO¹⁷ (BORGES, 2011), campanhas que atuaram efetivamente para o crescimento populacional da região, agregando pessoas que buscavam oportunidades no então Território. Entretanto, não havia quantidade suficiente de profissionais habilitados para atuar em setores básicos como saúde, segurança ou educação. Na educação, mais especificamente, o problema estava sobretudo no baixo número de escolas, na falta de professores, na carência de infraestrutura escolar e de serviços sociais (MACHADO, 1993 apud GOUVEIA, 2016, p. 52).

Desse modo, o aumento da população nas décadas de 70 e 80 exigiu a abertura de escolas e a contratação de mais professores. Segundo Borges (2011, p. 44), a contratação ocorria via entrevista, convite de amigos ou autoridades e teste de seleção. No entanto, de acordo com o mesmo autor, grande parte dos professores que ocupavam os cargos – em torno de 80% dos

⁹ Tenente Aluísio Pinheiro Ferreira (1897- 1980).

¹⁰ Coronel Jorge Teixeira de Oliveira (1921 - 1987).

¹¹ O atual estado de Rondônia faz fronteira com a Bolívia e divisa com os estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso.

¹² A Estrada de Ferro Madeira- Mamoré foi a 15ª ferrovia construída no país entre os anos de 1907 e 1912, com 366 quilômetros de extensão. O objetivo era ligar as cidades de Porto Velho e Guajará -Mirim.

¹³ A descoberta de cassiterita – óxido relativamente raro, de grande importância para o setor industrial, que constitui o minério de estanho - fez com que em 1960 o governo JK iniciasse a abertura da BR-029, hoje BR-364 (SOUZA, 2011).

¹⁴ O PIN, implantado na primeira metade dos anos de 1970, deu início à proposta estatal de ocupação de terras na Amazônia (BORGES, 2011).

¹⁵ Implantado entre os anos de 1974 e 1980, coordenado pela SUDAM -Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, o Programa teve como meta criar polos de desenvolvimento, incentivar a produção mineral e a pecuária (BORGES, 2011).

¹⁶ A terceira e última fase de projetos de ocupação se deu logo nos anos de 1980 e foi baseada em três diretrizes: a) Classes rurais de nível social mais baixo como grupos alvo; b) Desenvolvimento de estratégias para a satisfação de necessidades básicas; e, c) Incentivo para métodos participativos (BORGES, 2011).

¹⁷ O PLANAFORO foi implementado no final da década de 1980, visando à conservação ambiental no sentido de frear a intensa ocupação e reordenar o território e os conflitos socioambientais gerados pelos programas anteriores (BORGES, 2011).



docentes na ativa – não possuía habilitação e eram inseridos na categoria de professores leigos¹⁸ no sistema educacional.

Sobre os campos da Educação e da Educação Matemática no Estado de Rondônia – focos mais específicos para nossas intenções, neste trabalho –, algumas pesquisas como Albuquerque; Freitas, (2016); Borges, (2011); Candido, (2015); Carneiro, (2008); Costa; Bezerra, (2022); Evangelista, (2019); Gouveia, (2016); Souza, (2010), trazem contribuições para compreendermos a criação e a atuação de várias Instituições Federais de Ensino Superior para atender e sanar as necessidades de Rondônia no setor educacional, estudando algumas ações elaboradas para contornar a situação dos professores não titulados, do que são exemplos o projetos Logos II¹⁹, desenvolvido no período de 1970 a 1985, e o PROHACAP, Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos, desenvolvido no Estado de Rondônia entre os anos de 2000 e 2009. Nos trabalhos citados acima pode-se perceber que as ações para formar esses professores são marcadas enfaticamente pela urgência e pela implantação em regime emergencial.

Visando integrar e desenvolver a região Norte, em 1971, por meio do Projeto Rondon²⁰, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) instalou um campus avançado em Porto Velho. Outras universidades – como a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Acre (UFAC) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus, de Bauru, que fez convênio com o então território de Rondônia em 1972 (MOREIRA, 2005) – também participaram do Projeto Rondon e estabeleceram campus no estado de Rondônia. Essas foram as primeiras Instituições de Educação Superior na região.

A Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia, Fundacentro²¹, oferecia cursos superior no ano de 1975 (EVANGELISTA, 2019), e

¹⁸ Nos referimos a professores leigos como sendo os professores que não possuíam formação específica para as aulas que ministravam (BARALDI, 2003). Moraes (2017), define professores leigos como sendo aqueles que não possuem formação “formal” suficiente para lecionar no nível de ensino para o qual são designados.

¹⁹ O projeto Logos II foi desenvolvido na década de 70 em dezenove localidades do Brasil, incluindo Rondônia, tinha o objetivo formar professores não habilitados, habilitando-os em nível de segundo grau e magistério (GOVEIA, 2016). O projeto foi realizado na modalidade a distância com módulos instrucionais vinculados ao Departamento de Ensino Supletivo e as ações envolviam o Ministério da Educação e as prefeituras (COSTA; BEZERRA, 2022).

²⁰ O Projeto Rondon foi criado pelo Governo Federal em 1968 e extinto em 1989. Sua finalidade era promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional (BRASIL, 1968).

²¹ A Fundacentro foi criada pela Lei N. 108, de 08 de julho de 1975, assinada pelo prefeito Antônio Carlos Cabral. No Art. 5º são definidas suas finalidades básicas, conforme apresentadas nos incisos: I- promover o ensino superior de graduação, extensão, e pós-graduação na região, II - promover estudos e pesquisas que visem ao aproveitamento dos recursos da região, III- elaborar, executar, acompanhar e avaliar programas de formação, aperfeiçoamento e pesquisa, entre outros incisos (PORTO VELHO, 1975).

XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática

Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES

12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.



estes foram incorporados pela UNIR, criada pela Lei Federal 7.011 em 1982 (BRASIL, 1982), e outros cursos foram instituídos em 02 de março de 1983, incluindo a Licenciatura em Ciências: Habilitação em Matemática (UNIR, 1982). O curso de Licenciatura em Ciências: Habilitação em Matemática, implantado em 1983, na cidade de Porto Velho, buscava atender à necessidade da maioria dos professores de Matemática que atuavam nas escolas do Estado e que não tinham formação superior. (EVANGELISTA, 2019).

Esse arrazoado histórico sobre Rondônia e algumas das ações ali desenvolvidas para a formação dos professores e, mais especificamente, para os professores de Matemática e os professores que ensinam/ensinaram Matemática, mostra que é possível aprofundar os estudos sobre os modos, as práticas, as instituições, os entornos políticos e inúmeros outros fatores que permeiam a Educação e a formação docente nessa região. Nossa opção, aqui, é promover esse aprofundamento a partir do ponto de vista desses professores que atuam/atuaram ali, trazendo à cena, com isso, questões de ordem política, social e econômica. Essa nossa opção, como a continuidade desse projeto tentará mostrar, tem também implicações sensíveis quanto aos modos de trabalhar com a História Oral, sendo essa uma questão de vital importância para o Grupo de Pesquisa no qual este projeto se inscreve.

Nesse sentido, essa pesquisa visa compreender aspectos da atuação e da formação de professores/professoras que ensinam/ensinaram Matemática em Rondônia a partir das vozes desses professores e professoras, colocando em relevo suas histórias de vida. Para tanto, utilizaremos a História Oral (HO) como metodologia de pesquisa e, desta forma, como consequência, podemos ainda aspirar a abordar, tentando contribuir do ponto de vista metodológico com nosso Grupo de Pesquisa, a seguinte questão: o que se pode compreender, desenvolvendo um projeto de História Oral e, portanto, conversando com (antigos) professores, sobre a formação de professores que ensinam/ensinaram Matemática em Rondônia?”.

O Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (GHOEM) utiliza a História Oral (HO) como metodologia qualitativa de pesquisa para realizar estudos em Educação Matemática e em História da Educação Matemática. Criado em 2002, o Grupo desde então vem realizando investigações em linhas de pesquisa nas quais este projeto pretende se inscrever, quais sejam, 1) História Oral e Educação Matemática e 2) Mapeamento da Formação e Atuação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil.

O projeto/a Linha de Pesquisa “Mapeamento da Formação e Atuação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil” pretende investigar (mapear) práticas, saberes,



circunstâncias, instituições, subversões e sensibilidades, criando algo como uma cartografia simbólica, um acervo de compreensões sobre modos e contextos de formação de professores que ensinam/ensinaram Matemática nas mais distintas regiões do Brasil (GARNICA; BARALDI; 2021). Já o Projeto/a Linha “História Oral e Educação Matemática” pretende, em resumo, investigar as potencialidades, vantagens e problemas quanto ao uso da História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática.

OBJETIVOS

Geral

Compreender aspectos da atuação e da formação docentes de professores que ensinam/ensinaram Matemática em Rondônia a partir das perspectivas desses professores, visando esboçar um mapeamento das práticas e da formação docente no referido estado e contribuir com os estudos sobre as potencialidades da História Oral para a Educação Matemática.

Específicos

- Registrar perspectivas de professores que ensinam/ensinaram Matemática em Rondônia, com ênfase nos professores mais antigos;
- Conhecer circunstâncias, modelos, instituições e projetos de formação docentes implantados em Rondônia ao longo dos anos;
- Conhecer e compreender os trâmites de transformação do Território de Rondônia em Estado de Rondônia e algumas das implicações dessa transformação para o campo da Educação em Rondônia;
- Colaborar com o projeto “Educação Matemática e História Oral” do GHOEM;
- Colaborar com o projeto “Mapeamento” do GHOEM;
- Colaborar com os estudos de perspectiva historiográfica sobre a Educação e a Educação Matemática no Brasil.

METODOLOGIA



XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

Neste trabalho utilizaremos a História Oral (HO) como metodologia de pesquisa. Segundo Portelli, (2016), a História Oral ajuda a compor uma história dos eventos, uma história da memória e uma história da interpretação dos eventos que vêm à tona a partir da memória e da recordação que são narradas por agentes específicos.

Para desenvolver pesquisa historiográfica em História Oral, é necessário compreender que as fontes são criadas a partir das entrevistas sendo necessário inserir fontes de outras naturezas, sobretudo fontes documentais escritas, para que possam apoiar na construção de narrativas historiográficas. A inclusão de outras fontes além das orais é vital para caracterizar um projeto em História Oral como um projeto historiográfico²², ressaltando-se, porém, a importância capital que as fontes orais, essenciais, têm para reconduzir a subjetividade às tramas históricas (GARNICA, 2013; GARNICA; VIANNA, 2019).

As fontes orais são utilizadas em trabalhos históricos, cujas questões estão ligadas a memórias, narrativas, subjetividade e diálogo e moldam a agenda do historiador. Essas fontes são cocriadas pelo pesquisador, são geradas em uma troca dialógica, um momento de entrevista que acontece, literalmente, através da troca de olhares (PORTELLI, 2016) e pela comunhão de sensibilidades.

Vale salientar que as fontes orais criadas em HO e a documentação de outra natureza, que não a oral, criam uma integração especial, uma vez que, já de início, é realizando uma pesquisa em arquivos e bibliotecas e com base em um projeto que se produzem as entrevistas que gerarão relatos que, trabalhados, se transformarão em fontes historiográficas. Esse trabalho com as mais variadas fontes continua, obviamente, no momento em que o pesquisador elabora uma narrativa sua a partir dessas fontes todas, interpretando, criando significados. A relação da HO com as demais fontes documentais é bidirecional, isto é, enquanto se obtém informações das fontes históricas mais usuais e já existentes para a realização da entrevista, por exemplo, essa entrevista gera uma nova fonte – oral, num primeiro momento, e escrita, após o trabalho de textualização que é, em si, novo documento (ALBERTI, 2005).

Para este trabalho consideraremos os procedimentos sugeridos por Garnica e Vianna (2019) para a efetivação da metodologia da HO: escolha dos entrevistados, roteiro de entrevista,

²² É importante ressaltar que, embora esteja sempre vinculada à historiografia – pois cria fontes historiográficas – a História Oral não está necessariamente vinculada, sempre, à elaboração de projetos historiográficos, podendo ser aplicada em estudos de outras naturezas. Além disso, é importante notar que a História Oral não participa exclusivamente dos domínios acadêmicos, podendo ser mobilizada por uma grande diversidade de comunidades e instituições além das acadêmicas e científicas (GARNICA e VIANNA, 2019).



transcrição²³ e textualização²⁴ das entrevistas, revisão da textualização com o entrevistado e a assinatura de uma declaração de direitos para que esse texto final possa ser divulgado.

No entanto, ao longo do trabalho buscaremos reavaliar, quando e se necessário, os procedimentos adotados, pois todos que se lançam à prática da História Oral descobrem rapidamente que ela não é um caminho que levará sempre aos mesmos fins (HERMETO; SANTHIAGO, 2022). Exatamente por isso é que temos evocado a ideia de que a HO é, e sempre será, uma metodologia em trajetória. Novos procedimentos sempre poderão ser incorporados, bem como podem ser desprezados alguns procedimentos que, embora funcionando bem para determinadas pesquisas, se mostram como inconvenientes a outras. Falar de uma metodologia em trajetória implica, portanto, que os procedimentos estão sempre em construção, e devem ser, sempre, coletivamente discutidos e negociados.

Por meio da HO buscaremos conhecer e compreender processos de formação de professores e professoras de Matemática (ou de professores e professoras que ensinaram Matemática) em Rondônia, além de aspectos da criação e do funcionamento de instituições formadoras, bem como nuances das formações formais e não-formais, modos de atuação docente em salas de aula, entre outros aspectos que poderão surgir com os depoimentos.

Para Martins-Salandim e Silva (2020), uma história composta a partir de uma multiplicidade de pontos de vista e a problematização das versões que aparecem como verdades científicas permitem o rompimento em relação à ilusão de uma ciência neutra e de uma verdade única e absoluta. Nesse sentido, Bosi (2023, p. 39) evidencia que a veracidade do narrador não deve nos preocupar: “[...] com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial”. Assim como Bosi (2023), o interesse desta pesquisa está no que será lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história da vida de cada depoente²⁵.

²³ A transcrição é um processo que consiste em transformar a entrevista gravada em texto escrito. É, mais propriamente falando, um momento de de-gravação (GARNICA, 2019).

²⁴ A textualização difere da transcrição. Pode-se dizer que a textualização é um refinamento – do ponto de vista da linguagem escrita – da transcrição. Nessa estratégia metodológica, o pesquisador se lança sobre o texto da entrevista, buscando tornar a leitura mais fluida excluindo, por exemplo, vícios de linguagem, repetições, tiques linguísticos etc.

²⁷ Nesse momento o pesquisador pode, inclusive, fazer reformulações na ordem em que uma determinada informação foi dada, reordenando o texto da entrevista. Entretanto, o pesquisador deve cuidar ao máximo para que essas edições de texto não apaguem o que se chama de “tom vital” do depoente, ou seja, seu modo de se expor, seu modo de falar. O depoente tem que se reconhecer na textualização, sendo esse – o reconhecimento de si – o limite da edição (GARNICA, 2019).

²⁵ Nesta pesquisa vamos nos referir aos depoentes como narradores, depoentes ou colaboradores.



Os depoentes desta pesquisa serão professores de Matemática em exercício, bem como aposentados, leigos, professores que atuaram no ensino primário e secundário, professores formados nos primeiros cursos de Licenciatura em Matemática ou formados por outras instâncias e instituições. Não pretendemos generalizar o tema, nem pretendemos especificar de modo definitivo quem e como são os professores a serem entrevistados: nos importa mais a criação de um acervo de narrativas de pessoas que atuam ou atuaram ensinando Matemática em Rondônia e criar, a partir desse acervo, uma narrativa que dê conta de compreendermos faces dessa atuação e formação docentes. Esse conjunto de registros, bem como a exploração dele, deve alcançar não apenas memórias pessoais, mas também uma memória social, familiar e grupal (BOSI, 2023), que não deve ser confundida com uma generalização.

Alguns dos colaboradores serão convidados, de início, a partir de conversas formais e informais e de levantamentos em documentação escolar disponível. A partir desses depoentes inicialmente convidados, espera-se disparar o que tem se chamado em História Oral de *critério de rede*²⁶, pois o tema da pesquisa – e, conseqüentemente, da entrevista – é de interesse de uma determinada comunidade e, assim, os entrevistados sugerem nomes de outras pessoas que podem falar sobre o mesmo assunto (GARNICA e VIANNA, 2019).

Há trabalhos, alguns já citados aqui, que têm como tema a formação do professor leigo em Rondônia e a criação dos primeiros cursos de graduação no estado. Nesses trabalhos há referências preciosas, como documentos e entrevistas com professores que participaram de formações como as do LOGOS II e PROHACAP, e informações sobre professores que auxiliaram na implementação dos cursos de licenciatura a partir da criação da UNIR.

Cada entrevista é única, não importa quantas tenhamos feito, quão abrangente tenha sido nossa busca inicial de informações, quão eloquentes sejam nossos narradores, quão comunicativos e resilientes sejamos como pesquisadores (HERMETO; SANTHIAGO, 2022). Em vista disso, será elaborado um roteiro para entrevista, em que buscaremos ouvir narrativas sobre aspectos de sua formação e atuação como professores e professoras, lembranças de sua vida, como, quando e em quais circunstâncias eles (ou suas famílias) chegaram em Rondônia.

De acordo com Portelli (2016), é necessário ao historiador ter sensibilidade ao ouvir, pois o que o narrador conta não diz respeito somente ao tema ou ao evento em questão, mas também ao

²⁶ De acordo com Garnica (2003), o critério de rede é disparado por um grupo inicial, quando esses colaboradores, inicialmente convidados, indicam outros possíveis depoentes.



lugar e ao significado do evento na vida do narrador. Além disso, o entrevistado tem pleno direito às suas memórias. Desta forma, o pesquisador disponibiliza a ele a entrevista gravada, a transcrição e a textualização para que, após sua verificação e considerações, seja feita uma carta de cessão de direitos, um instrumento em que o entrevistado permite o uso da entrevista, estabelecendo (ou não) limites para esse uso. Nela também ficará declarado como podem ser divulgados e usados os registros (em áudio, vídeo ou texto escrito) da entrevista.

Além dos procedimentos metodológicos da HO, vale salientar que este projeto envolve colaboradores e, desta forma, necessita de aprovação do Conselho de Ética. Isso implica que este projeto será submetido a tal Conselho, tendo também se tornado praxe, a partir da experiência do GHOEM com esses trâmites, a assinatura, pelos depoentes, de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE²⁷, além da cessão de direitos já mencionada.

Considerando os trabalhos em HO já realizados no Ghoem, Grupo de Pesquisa ao qual este projeto está vinculado, pretende-se então realizar análises que visam a uma atribuição de significados, por parte do pesquisador, dos depoimentos coletados e demais documentos disponíveis. Essa fase de análise pode ser entendida como o esforço do pesquisador em criar uma narrativa sua, respeitando os pressupostos teórico-metodológicos defendidos pelo Grupo e tendo como base todas as informações de que dispõe, toda a documentação que criou ou reuniu. Essa forma de analisar em História Oral tem, por vezes, sido chamada de “análise narrativa de narrativas”, posto que ela trata de criar, numa trama interpretativa, de atribuição de significados, uma narrativa a partir de outras narrativas (CURY; DE SOUZA; DA SILVA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto foi elaborado com a contribuição do Ghoem, Grupo de Pesquisa que por ele se co-responsabiliza. Temos a anuência tanto do Grupo – que, como coletivo, aprovou a proposta – quanto de dois de seus membros – que atuarão de modo mais próximo, como orientador e co-orientadora, no desenvolvimento da proposta. O apoio deste grupo, sua experiência em relação a pesquisas sobre a história da formação de professores de matemática no Brasil e sobre a mobilização da História Oral como metodologia de pesquisa em Educação Matemática, bem como a experiência da pesquisadora, que atua

²⁷ O TCLE é um documento que explicita o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa em questão. (BRASIL, 2012)



como docente da Universidade Federal de Rondônia e, por isso, tem proximidade com pesquisadores e outros profissionais da região a ser estudada, são elementos que julgamos suficientes para argumentar sobre a exequibilidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. v. 1 Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BARALDI, I.M., **Retraços da Educação Matemática na Região de Bauru (SP): uma história em construção**. Tese (Doutorado)- Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro, 2011.

ALBUQUERQUE, M. G. DE; FREITAS, J. L. M. DE. **Um olhar sobre a primeira década de professores em Rondônia (1973-1983): Espaço formativo construído pela circulação de diferentes IES federais**. Revista REAMEC, v. 1, n. 04, p. 5–23, jul. 2016.

BORGES, C. J. **PROFESSORES LEIGOS EM RONDÔNIA: Entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente-um estudo de caso-O PROHACAP**. Tese (Doutorado)— Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Araraquara, 2011.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 20. ed. v.1 São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BRASIL. **Brasil recorda 50 anos da morte do Marechal Cândido Rondon — Senado Notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/01/18/brasil-recorda-50-anos-da-morte-do-marechal-candido-rondon>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968**. Brasil, Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, e dá outras providências. 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 jun. 2023

BRASIL. **Educação Superior Brasileira 1991-2004 Rondônia. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Brasília**, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicações>>. Acesso em: 16 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº 7011, de 8 de julho de 1982.**, 1982. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17011.htm>. Acesso em: 2 maio. 2023

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Ministério da Saúde** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis., 2012.

CANDIDO, L. S. **Uma construção histórica do curso de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Rondônia Campus Ji-Paraná**. Tese (Doutorado)—Rio Claro, São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Rio Claro, 2015.

CARNEIRO, N. DE P. **EDUCAÇÃO EM ROLIM DE MOURA: das iniciativas privadas às ações públicas (1975-1983)**. Dissertação Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2008.

COSTA, R. R. DA; BEZERRA, F. A. DE A. **Os saberes matemáticos na formação do professor leigo**. v. 30, Zetetike, 2022.



CURY, F. G.; DE SOUZA, L. A.; DA SILVA, H. **Narrativas:** um olhar sobre o exercício historiográfico na Educação Matemática. v. 28, n. 49, p. 910–925, Bolema - Mathematics Education Bulletin, Rio Claro, 2014.

EVANGELISTA, C. J. Percursos **formativos de professores de matemática em Rondônia:** Leigos a licenciados. Tese Rio Claro -SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2019.

GARNICA, A. V. M. **Sobre historiografia:** Fragmentos para compor um discurso., v. 8, n. 12, p. 51-65, REMATEC, 2013.

GARNICA, A. V. M.; BARALDI, I. M.; (ORGS.). **Cartografias Contemporâneas:** mapeando a formação de professores de matemática no Brasil. 1. ed. v. 1 Curitiba, PR: Appris, 2021.

GARNICA, A. V. M.; VIANNA, C. R. **Oral History in Mathematics Education:** An Overview. Em: Springer ed., 2019, p. 1–19.

GOUVEIA, C. T. G. DE. **O projeto logos II em Rondônia:** a implantação do projeto- piloto e as mudanças em sua organização político- pedagógica. Dissertação (Mestrado) - Rio Claro, São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Rio Claro, 2016.

HERMETO, M.; SANTHIAGO, R. **Entrevistas imprevistas:** Surpresa e criatividade em história oral. 1. ed. São Paulo - SP: Letra e voz, 2022.

MARTA, J. M. C. **Rondônia:** da colonização à integração latino-americana. 1. ed. v. 1 Cuiabá: EdUFMT, 2018.

MARTINS-SALANDIM, M. E.; SILVA, K. A. DA. **Entre Facas e Motosserras:** problematizando práticas de pesquisa com História Oral. v. 26 Bauru: Ciência & Educação 2020.

MORAIS, M. **Se um viajante...** Percursos e histórias sobre a formação de professores de Matemática no Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado) – Rio Claro: UNESP -SP, 2017.

MOREIRA, D. A. **Universidade Federal de Rondônia (UNIR):** Desafios e enfrentamentos na constituição de uma instituição universitária multicampi. Tese (Doutorado) - São Paulo: PUC -SP, 2005.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e voz, 2016.

PORTO VELHO., **Lei nº108, de 8 de julho de 1975.** Disponível em <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1975/4351/lei_108_08-07-1975.pdf>, Acesso em: 08 de julho de 2023

SILVA, A. G. DOS S. S.; SILVA, G. M. DA; SILVA, J. R. N. DA. **“Vamos abrir o sertão”:** histórias reais da migração em Rondônia. 2. ed. v. 1 Rolim de Moura/RO: SGuerra Design, 2023.

SOUZA, M. M. de. **Imperialismo e educação do campo:** uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990. Tese (Doutorado)—Araraquara - São Paulo : Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Araraquara , 2010.

SOUZA, V. A. de. **Rondônia, uma memória em disputa.** Tese—Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011.

UNIR. **Resolução nº 04/CD, de 5 de novembro de 1982.** 1982.

UNIR. **Resolução 293/CONSEPE, DE 02 DE JUNHO DE 1999.** 1999.

